

PERDAS DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA COM O CONGELAMENTO DA TABELA DO IRPF CHEGAM A R\$ 90 BILHÕES EM SEIS ANOS

Por Paulo Henrique Pêgas, Contador, Mestre em Ciências Contábeis, Especialista em Contabilidade e Auditoria. Professor e Autor.

A quinze dias do primeiro turno das eleições de 2018, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro disse que elevaria a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para cinco salários mínimos. Além de ficar só na promessa, o governo não articulou com o Congresso Nacional nem a atualização da tabela pela inflação, o que prejudicou a vida financeira de milhões de brasileiros de classe média.

Com enorme desigualdade social, o Brasil enfrenta problemas econômicos graves desde 2015. A população sofre com uma inflação acima de 50% desde então. Nesse cenário de empobrecimento, mesmo as pessoas que conseguiram manter ou melhorar seu nível salarial foram prejudicadas pelo congelamento da tabela do Imposto de Renda. A perda da classe média, com renda mensal entre 2,5 e 10 salários-mínimos, atingiu R\$ 90 bilhões nos últimos seis anos em valor nominal, sem considerar a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo.

Relembremos o histórico do congelamento da tabela. Em janeiro de 1996, a faixa de isenção de R\$ 900, correspondente a oito salários mínimos da época, parecia elevada. Foram cinco anos sem atualização. Em 2002, todos com renda acima de R\$ 1.058, equivalente a cerca de cinco salários mínimos, passaram a pagar IRPF.

Entre 2005 e 2015, a atualização acumulada da tabela foi de 64%, enquanto a inflação do período foi de 73%. A partir de 2016, não houve qualquer atualização, o que pesou no bolso de quase 16 milhões de brasileiros com renda mensal entre 2,5 e 10 salários-mínimos. Se a tabela progressiva mensal do IR fosse atualizada anualmente pelo IPCA de 2016 até agora, teria reajuste pouco acima de 46% e seria a seguinte para o ano de 2022:

Tabela Progressiva 2022 (IPCA)	Alíq	Parc. Ded.
Até R\$ 2.788,04	-	-
De R\$ 2.788,04 a R\$ 4.139,12	7,5%	209,10
De R\$ 4.139,13 a R\$ 5.492,74	15%	519,54
De R\$ 5.492,75 a R\$ 6.830,59	22,5	931,49
Acima de R\$ 6.830,59	27,5	1.273,02

Mas, a tabela atual, que está em vigor desde abril de 2015, é a seguinte:

Tabela Atual (desde ABR/15)	Alíq	Parc. Ded.
Até R\$ 1.903,98	ISENTO	-
De R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65	7,5%	142,80
De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05	15%	354,80
De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5	869,36

Durante os últimos seis anos, uma pequena parte do governo Dilma, todo o governo Temer e os três primeiros anos do atual presidente, a classe média brasileira sofreu aumento do seu IRPF. Segundo os dados, apenas com a não atualização da tabela progressiva de 2016 a 2021, mais de 19 milhões de brasileiros deixaram nos cofres da Receita Federal mais de R\$ 131 bilhões em valores nominais. Desse total, 70% apenas nos últimos três anos. O valor real tende a ser bem mais elevado, se considerado o aspecto inflacionário.

Ainda que a tabela seja atualizada a partir do segundo semestre de 2022 ou valendo apenas para 2023, a classe média e o país terão perdido muito com a manutenção da mesma tabela progressiva por sete anos. Esse valor estimado de R\$ 90 bi de perdas da classe média (de 2016 a 2021), integrados com as perdas de 2022, se injetados na economia - a maior parte teria ido, naturalmente, para o consumo - poderia ter gerado um positivo efeito multiplicador para todo o cenário econômico. Tal efeito poderia ter minimizado eventuais perdas de arrecadação, produzindo crescimento integrado com inclusão social, contribuindo para o combate à desigualdade social.